

SindCVM Informa

Sua forma de saber o que acontece.



Bate-papo SindCVM: mudanças no estatuto, situação dos movimentados e regime previdenciário



O bate-papo sobre o futuro do SindCVM tratou de questões que afetam diretamente os servidores, o que evidenciou a importância do Sindicato como instituição que representa o corpo funcional da autarquia. O encontro foi mediado pelo presidente do SindCVM, Hertz Leal, e contou com a participação da diretora jurídica, Liliana Castro, do diretor de assuntos parlamentares, Márcio Martins e do diretor administrativofinanceiro, Selmo Mendes, além de 23 servidores entre ativos e aposentados.

A principal questão debatida foi a possibilidade de mudar o estatuto do sindicato para instituir uma compensação para os membros da direção, a valer a partir da próxima gestão que se iniciará no meio de 2022. Leal lembrou que esse tipo de procedimento já é realizado pelo SindSUSEP (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Superintendência de Seguros Privados), o que motivou a possibilidade de adoção da mesma iniciativa também pelo SindCVM. O ex-presidente do sindicato, Leonardo Wainstok, porém, alertou sobre o risco do sindicato perder a imunidade tributária, caso se decida pela compensação, questão que já foi levada pela direção à assessoria jurídica do SindCVM.

comprometeu a realizar Α atual gestão se uma Assembleia Extraordinária para decidir sobre a possibilidade da realização de mudanças estatutárias. Conforme prevê o estatuto ora em vigor, esse ponto de pauta precisa estar explícito no edital de convocação que necessita ser publicado com pelo menos 15 dias de antecedência. As propostas de alterações também deverão estar disponíveis aos filiados três dias antes da realização da reunião, sem prejuízo de deliberação de temas adicionais durante a Assembleia. As mudanças só serão aprovadas caso três quintos dos filiados presentes concordem. O quórum mínimo exigido é de 15% do total de filiados.

Outro ponto debatido foi a presença de movimentados do BNDES, BBTS e, em futuro próximo, da Casa da Moeda desempenhando funções cuja prerrogativa deveria ser de servidores concursados da CVM, o que é visto como uma ameaça às carreiras da autarquia, pondo em xeque, inclusive, a viabilidade de novos concursos públicos. Essa questão preocupa os servidores que solicitaram ao sindicato um posicionamento sobre o assunto, pedido prontamente atendido pela direção que irá avaliar a situação.

Os presentes ao bate-papo também mostraram preocupação em relação ao decreto 10.620/2021, que muda o regime previdenciário dos servidores (mais detalhes logo abaixo). A diretoria do SindCVM também já encaminhou a questão para a assessoria jurídica do sindicato para avaliação da possibilidade de uma ação judicial a fim de suspender o decreto. novo procedimento previsto no Entendemos inconstitucional a separação dos servidores regidos pelo regime próprio de previdência social, fragmentando o atendimento para o INSS que não tem especialização na nossa legislação e já está sobrecarregado com as atuais funções. Além disso ocorrerá o distanciamento dos servidores aposentados da nossa área de gestão de pessoas e dos laços de amizade formados na carreira na CVM.

A boa notícia ficou por conta de que há um grupo de servidores que tem dialogado intensamente sobre a formação de chapa para assumir a

gestão do sindicato no ano que vem, dispostos a manter o sindicato em

funcionamento. A atual direção reitera que está disponível para a troca

de experiências e para o debate de propostas.

Diante da relevância dos assuntos abordados fica clara a importância do SindCVM como representante dos servidores da autarquia e seu papel como mediador em relação não só à Administração, mas também no que diz respeito a tomada de medidas junto à Justiça e a vinculação com

demais entidades sindicais do serviço público.

Por isso, é fundamental que mais filiados se juntem aos debates sobre o futuro do SindCVM. A não adesão de novos nomes pode levar à extinção do sindicato, o que acarretaria a total desmobilização dos servidores da CVM que perderiam sua representatividade coletiva. Caso não haja SindCVM servidores dispostos a se comprometerem com o participarem efetivamente de uma nova gestão, a previsão estatutária é de dissolução do sindicato, o que teria que ser executado já pela atual direção. Além dos prejuízos no que diz respeito à representatividade e luta por direitos, a extinção do SindCVM significaria abrir mão de 30 anos de experiência acumulada na atividade sindical e perda da carta sindical, conquistada junto ao poder público, que legitima as ações realizadas pela nossa entidade.

Mobilize-se! Chame aqueles com quem tem afinidade para compor uma chapa. As inscrições serão mês que vem.

RECADASTRAMENTO

O SindCVM enviou e-mail para todos os filiados pedindo que respondam atualizando seus dados cadastrais. Solicitamos que todos confiram, por favor, a caixa de entrada dos correios eletrônicos e também a pasta de spam. A atualização dos dados é fundamental para que o sindicato possa manter contato com os filiados e imprescindível para todos participem das Assembleias e votações exercendo seu poder de escolha. Sem os dados atualizados, não temos, por exemplo, como enviar os links para todos esses encontros virtuais que decidem as questões sindicais. Contamos com a sua colaboração!

Mudança no regime previdenciário dos servidores



O Governo Federal, por meio do decreto 10.620/2021, estabelece mudanças no regime previdenciário dos servidores: aqueles ligados à administração indireta passariam ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e os da administração direta permaneceriam vinculados ao órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec). As modificações valeriam tanto para a concessão de aposentadorias e pensões como para a manutenção dos benefícios.

Como a CVM é uma entidade de administração pública indireta, a nova regra atinge os servidores ativos e aposentados da autarquia. A diretoria do SindCVM encaminhou a questão para a assessoria jurídica do sindicato para avaliação da possibilidade de uma ação judicial a fim de suspender o novo procedimento previsto no decreto.

Nesse sentido, o Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado) ingressou, na semana passada, como amicus curiae na ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) proposta contra o decreto que muda o regime de previdência dos servidores. A ADIN 6767 tem como relatora no STF (Supremo Tribunal Federal) a ministra Rosa Weber. A íntegra do amicus curiae está disponível do site do Fonacate. Tem vídeo novo no ar!



O desafio de assumir a gestão do SindCVM foi ainda maior para a atual diretoria que precisou encontrar caminhos para exercer suas atribuições diante da maior pandemia dos últimos cem anos. No vídeo que acabamos de colocar no ar, fazemos um breve balanço da atuação da

gestão que vai se encerrar daqui a seis meses.

Vivemos um longo período assombrados pela perspectiva de aprovação da PEC 32 que traz inúmeros prejuízos para o serviço público brasileiro. O SindCVM se uniu a outras entidades de servidores e participou ativamente das discussões e mobilizações para a derrubada da PEC. De olho na Reforma Administrativa, mas sem descuidar dos servidores da CVM, o sindicato propôs empréstimo de mobiliário para dar mais conforto ao corpo funcional da autarquia, além de ter realizado uma pesquisa, e posterior diálogo com a Administração, sobre formas de melhorar a qualidade de vida no trabalho. Foram meses de intensa atividade nas redes sociais buscando maior aproximação com os filiados e em que realizamos importantes discussões políticas; como a votação de uma lista tríplice para que um servidor de carreira fizesse parte do colegiado da autarquia. Houve esforço também para que estreitássemos a relação com a mídia jornalística por meio da publicação de notas e artigos. Nossa preocupação agora é pavimentar a estrada para a chegada de uma nova gestão que dê continuidade ao trabalho do SindCVM.

Assista ao **vídeo** e aproveite para formar uma chapa para a eleição da nova diretoria do SindCVM.

Vitória dos servidores! Mobilização garantiu que PEC 32 não fosse aprovada este ano



Em ato realizado nesta quarta (15), junto à Câmara dos Deputados, servidores e entidades sindicais celebraram a luta contra a PEC 32 que permitiu que chegássemos ao fim do ano sem que a proposta tivesse sido aprovada. A mobilização liderada pelo Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado) e pela Frente Servir Brasil evitou que a Reforma Administrativa proposta pelo Governo Federal fosse votada no plenário da Câmara dos Deputados.

Foram 15 meses de debates, pesquisas, reuniões com diferentes entidades, diálogos e pressão sobre os parlamentares, manifestações presenciais e nas redes sociais para evidenciar que a PEC 32, apresentada pelo Governo em setembro de 2020, iria destruir o serviço público brasileiro. Houve, nesse período, a produção de uma coletânea de estudos – os Cadernos do Fonacate sobre a Reforma Administrativa – que compilou a análise de diversos temas abordados na PEC e mostrou como ela seria perniciosa para a sociedade. Houve ainda um esforço coletivo e o investimento em ferramentas de comunicação para que a discussão chegasse também ao grande público.

O que não significa que as entidades que representam os servidores sejam contra uma Reforma Administrativa. Pelo contrário. As reformulações são bem-vindas desde que busquem efetivamente a melhoria dos serviços prestados à sociedade, sejam construídas levando em consideração a experiência dos servidores e contribuam para o exercício da cidadania e da democracia.

Chegar ao fim de 2021 sem a aprovação da PEC 32 é uma vitória dos servidores e prova indiscutível de que só com a mobilização somos capazes de alcançar nossos objetivos e garantir direitos.



